

**ALTA NOS ALIMENTOS E  
ARROCHO SALARIAL**

**CPERS**

Janeiro de 2021



---

## **ALTA NOS ALIMENTOS E ARROCHO SALARIAL**

Sem reajuste nos salários desde novembro de 2014, ou seja, acumulando uma perda salarial de 39,53% (até 12/2020 pelo INPC/IBGE) muitos servidores gaúchos, também amargam um auxílio refeição extremamente defasado.

A Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador que faz levantamento anual do preço médio de refeição, pago pelo trabalhador no almoço, de segunda a sexta-feira, em estabelecimentos que trabalham com vales/tíquetes refeição (Alelo, GreenCard, Sodexo, Ticket, BanriCard, entre outros), indica que o preço médio de refeição em Porto Alegre é de R\$ 34,06<sup>1</sup>.

O valor atualmente pago aos servidores do estado é de R\$ 10,11, o que representa 29,7% do preço médio de mercado de acordo com a referida pesquisa.

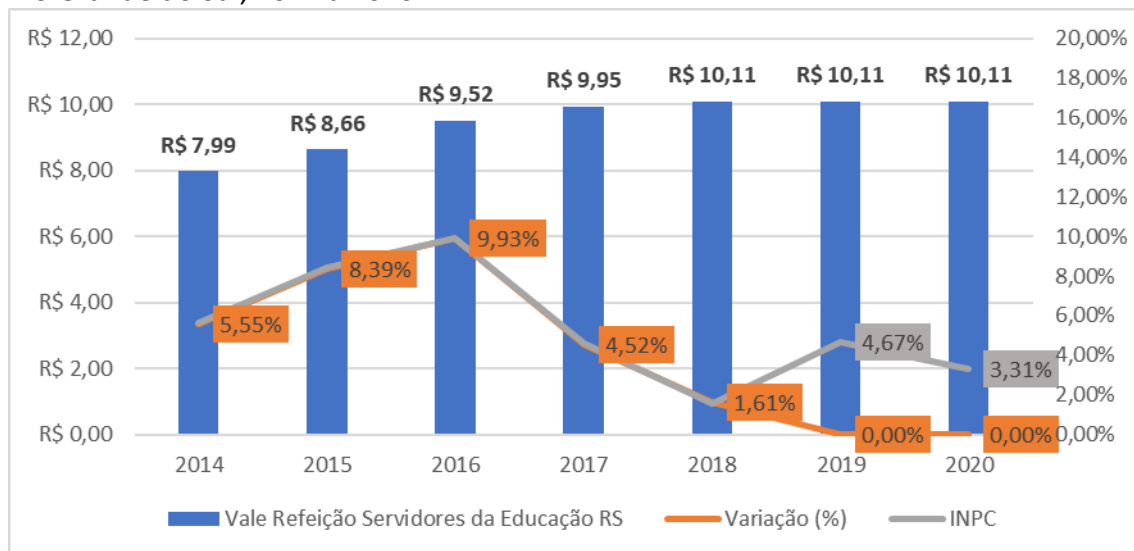
Além do distanciamento do valor pago aos servidores daquele que é cobrado pelos restaurantes, chama-se atenção para a sistemática de correção anual. Conforme pode ser conferido na Tabela 1, o estado vinha, até 2018, realizando reajuste pelo índice geral da inflação, no entanto, nos anos de 2019 e 2020 nem essa correção ocorreu. Para compor a inflação do período seria necessária uma atualização de pelo menos 8,35% - que corresponde ao INPC/IBGE acumulado de 04/2019 a 12/2020. O que significa passar de R\$ 10,11 para R\$ 10,95, ou seja, um incremento de R\$ 0,84 centavos, que multiplicado por 22 dias no mês resultaria em um aumento de R\$ 18,57 mensal, lembrando que isso não significa custo unitário mensal integral para o governo, porque o servidor paga uma parte desse VR, que é descontado em contracheque.

---

1 O levantamento trata-se da apuração do preço médio da refeição nos sistemas: comercial, autosserviço, executivo e A la Carte. Inclui preço médio: preço do prato + bebida + sobremesa + cafezinho.



**Tabela 1 – Valor unitário e variação (%) do Vale Refeição pago aos servidores da educação pública e INPC/IBGE Rio Grande do Sul, 2014 a 2020**



Fonte: Os reajustes do vale refeição são aqueles previstos nas seguintes leis: LEI 13997/12; LEI 14272/13; LEI 14681/15; LEI 14815/16; LEI 15011/17

Nota:

- (1) A instituição do sistema de vale refeição no âmbito da administração direta e das autarquias do RS consta na Lei 10.002/1993. A lei fixa em 22 dias o número de dias trabalhados mensalmente.
- (2) A variação tanto para o valor do auxílio refeição como o INPC está acumulado em 12 meses até março, uma vez que o reajuste historicamente sempre ocorreu a partir de abril.

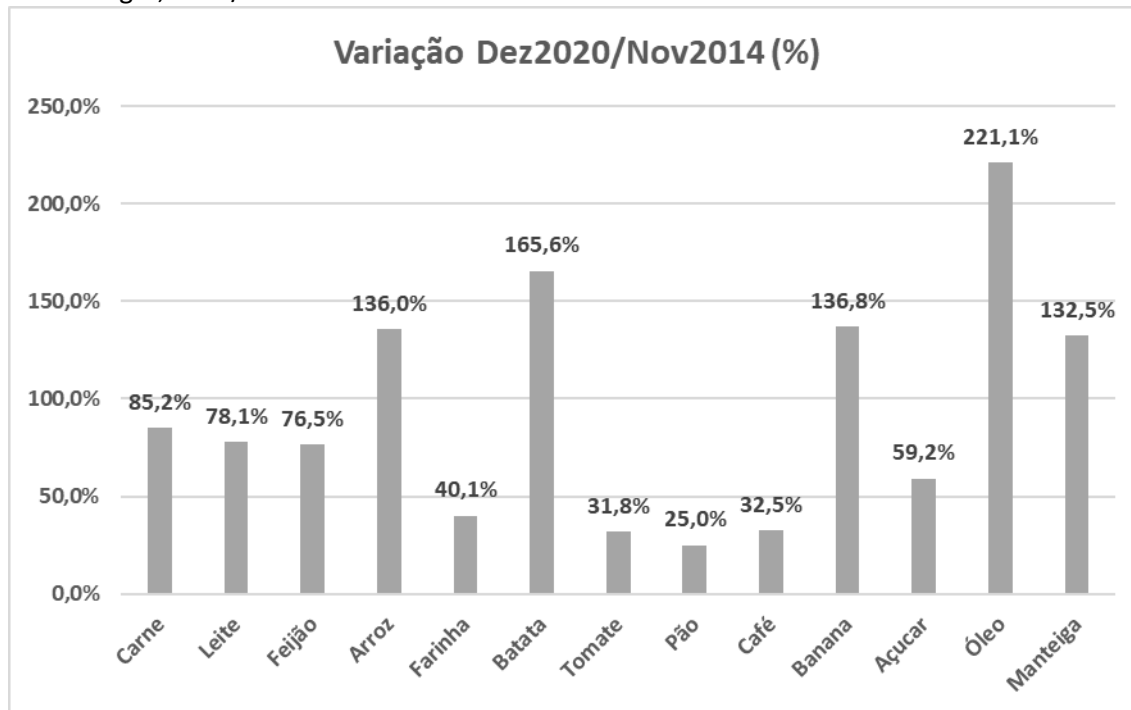
Elaboração: DIEESE-ERRS

O drama salarial do servidor do estado do Rio Grande do Sul, fica ainda mais evidente, quando se verifica o aumento do valor da cesta básica. Levantamento realizado pelo Dieese, indica que em Porto Alegre a cesta básica que em novembro de 2014 custava R\$ 342,62, em dezembro de 2020 já estava custando R\$ 615,66, um aumento de 79,7%. No Gráfico 1, é possível visualizar a variação no preço da cesta básica segundo alguns produtos selecionados.

Os efeitos da inflação não são iguais para toda a população e os gastos com alimentação acabam pesando mais para os que menos ganham, já que grande parte do orçamento é gasto com alimentos. Embora a inflação seja de cada pessoa, porque depende da cesta de consumo, tem sido mais alta para aqueles que comprometem maior parte do salário com comida e bebida. No ano de 2020, a variação no preço da cesta, em Porto Alegre, chegou a 21,6%, enquanto o índice geral de inflação, medido pelo INPC/IBGE, no mesmo período foi de 5,45%.



**Gráfico 1** – Variação (%) no preço de produtos selecionados que compõe a cesta básica Porto Alegre, 2020/2014



Fonte: Dieese  
Elaboração: DIEESE-ERRS

Alta no preço de alimentos, conjugado com arrocho salarial, e encontrar-se na base da pirâmide de distribuição salarial é uma combinação catastrófica, pois mesmo compreendendo o cálculo da inflação, considerando as especificidades de cada trabalhador/consumidor, se a inflação fosse zero a maioria dos trabalhadores continuaria tendo rendimentos muito baixos para fazer frente ao custo de vida.

Além disso, em tempos de pandemia, é preciso considerar que diante da queda no nível de atividade econômica, muitas pessoas perderam o emprego, e isso tem impacto direto nos orçamentos das famílias – que estão mais endividadas, e a inflação – que registra a variação dos preços de um grupo determinado e limitado de produtos - não inclui despesas com taxas de cartão de crédito, financiamento, empréstimos, que fazem parte dos gastos de muitos trabalhadores que vivenciam a perda do seu poder de compra há seis anos.